

# Sumário

<b>Lista de abreviaturas, símbolos e siglas</b> .....	XV
<b>Prefácio</b> .....	XVII
<b>1 Introdução</b> .....	1
<b>2 A gestão de conflitos e o acesso à justiça: no mundo contemporâneo, na justiça de porta única e na justiça multiportas</b> .....	7
2.1 A releitura do direito de acesso à justiça pelas lentes pacificadoras dos Cejuscs: a inserção do Poder Judiciário Federal na Justiça Multiportas .....	8
2.2 Mundo contemporâneo: os efeitos do descompasso contínuo entre uma sociedade cada vez mais plural e um acesso cada vez mais singular à justiça .....	13
2.2.1 O aumento da complexidade das relações sociais e seus impactos sobre a gestão de conflitos .....	13
2.2.2 Do Projeto Florença ao Global Access to Justice Project: por um direito fundamental de acesso à justiça que seja capaz de garantir os demais direitos fundamentais .....	17
2.2.3 Rompendo as fronteiras artificiais que separam rigidamente Estado e sociedade civil: o papel da inovação na criação de uma governança judicial e social eficaz dos conflitos .....	24
2.3 A Justiça de Porta Única: o apogeu e o declínio do Poder Judiciário .....	29
2.3.1 Apogeu: a Constituição Federal de 1988 e o fortalecimento do Poder Judiciário na redemocratização do Estado brasileiro .....	29
2.3.2 Declínio: crise do Judiciário – a sua incapacidade institucional de realizar justiça em face da crescente demanda da sociedade brasileira .....	32
2.4 A Justiça Multiportas: reflexos da democracia cidadã no acesso plural à justiça .....	36

2.4.1 Raízes históricas da Justiça Multiportas: a Multi-Door Courthouse norte-americana .....	37
2.4.2 A desjudicialização e a criação de instrumentos extrajudiciais para resolução dos conflitos: novos arranjos institucionais para velhos problemas .....	40
2.4.3 Os desafios atuais da Justiça Multiportas num mundo em constantes transformações .....	48
<b>3 A gestão de conflitos reinventada pelo paradigma da consensualidade nos Cejuscs: origens, desenvolvimento e desafios ....</b>	<b>53</b>
3.1 Origens: o desenvolvimento de uma cultura da paz como fundamento axiológico a embasar a criação de novos meios de solução dos conflitos .....	54
3.1.1 A cultura da paz nas relações biológicas, sociais e econômicas: como os estudos dos modelos da cooperação têm contribuído para a evolução de diversos campos científicos .....	57
3.1.2 A cultura da paz nas relações jurídicas: como os métodos alternativos de resolução dos conflitos se converteram em métodos adequados .....	61
3.2 Desenvolvimento: os Cejuscs no Poder Judiciário brasileiro .....	71
3.2.1 A Política Judiciária Nacional do Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses e seus reflexos sobre a estrutura organizacional do Poder Judiciário .....	72
3.2.2 Uma leitura crítica do uso das tecnologias digitais nos Cejuscs: benefícios e riscos .....	81
3.3 Desafios: como fomentar a consensualidade como paradigma de solução de conflitos no sistema estatal de justiça? .....	85
3.3.1 O Poder Judiciário, a Justiça 4.0 e as novas relações entre o Poder Público e a sociedade na produção de uma Justiça dialógica .....	87
3.3.2 Ressignificação do acesso ao Poder Judiciário dentro do contexto do acesso à Justiça .....	91
3.3.3 Difusão da cultura da paz entre os profissionais e estudantes de Direito.....	94

<b>4 A gestão de conflitos nos Cejuscs da Justiça Federal: como o paradigma da consensualidade pode reinventá-los para ampliar o acesso à justiça?</b> .....	99
4.1 Os Cejuscs na Justiça Federal.....	100
4.1.1 A Justiça Federal no contexto na Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos .....	102
4.1.2 O tratamento legal dos Cejuscs enquanto unidade judiciária federal dedicada exclusivamente à produção da justiça consensual.....	106
4.1.3 Fazendo uma leitura crítica do desenho normativo dos Cejuscs Federais sob a ótica do direito fundamental de acesso à justiça .....	109
4.2 Os impactos dos Cejuscs federais sobre a atuação de seus participantes.....	114
4.2.1 Sob a ótica da parte ré: métodos consensuais de solução dos conflitos vistos sob a perspectiva da Administração Pública .....	115
4.2.2 Sob a ótica da parte autora: o empoderamento da cidadania democrática dos jurisdicionados a partir da concepção dos Cejuscs como atividade fim do Poder Judiciário Federal.....	119
4.2.3 Benefícios e riscos na implementação de um sistema de justiça consensual na esfera federal, por intermédio dos Cejuscs.....	124
4.3 Propostas para o fortalecimento dos Cejuscs na Justiça Federal .....	128
4.3.1 Sob a perspectiva da parte ré: ações interinstitucionais permanentes com a Administração Pública Federal .....	129
4.3.2 Sob a perspectiva da parte autora: a construção da cidadania pela aproximação dialógica institucional com a Defensoria Pública da União e com entidades do Terceiro Setor .....	135
4.3.3 O papel dos Cejuscs federais nos conflitos envolvendo o direito à saúde .....	143
4.3.4 Da prática à teoria: inserção da atuação dos Cejuscs no ensino jurídico de graduação .....	150
<b>5 Considerações finais</b> .....	161
<b>Referências bibliográficas</b> .....	167